

**Jorge Bastos da Silva. *Anglulusofilias:
Alguns Trânsitos Literários.*
Porto: Edições Afrontamento/Instituto de Literatura
Comparada Margarida Losa, 2018**

Iolanda Ramos
(NOVA-FCSH/CETAPS)

O presente volume constitui o vigésimo quarto publicado na Coleção Estudos de Literatura Comparada e conduz o leitor numa viagem temática e cronológica ao longo de nove ensaios, que trazem à luz as traduções da *Utopia* de Thomas More nos séculos XVI e XVII, o papel de Alcipe como tradutora na transição do século XVIII para o século XIX, a recepção de John Milton na imprensa liberal, a ligação de Mary Shelley à literatura portuguesa renascentista, as formas de antologiar as irmãs Brontë, o impacto de *Ivanhoe* no drama histórico do Romantismo português, o modo como João Penha assimilou o anglicismo, as reescritas portuguesas em prosa narrativa de *Romeo and Juliet* e, por último, a abordagem de João Medina à utopia ou falta dela em Portugal.

No prefácio, Jorge Bastos da Silva explicita que o título *Anglulusofilias* aponta para um conjunto heterogéneo de intelectuais portugueses que, entre os séculos XVIII e XXI, inclusive, se interessaram por realizações britânicas. Sendo estas de índole maioritariamente literária, inspiraram-nos tanto para a escrita como para a intervenção político-cultural, ao visarem transformar a sociedade quer por via de teses estéticas e ideológicas, quer recorrendo à sátira

ou a traduções e adaptações dos textos de partida. Em contrapartida, “(e)m trânsito de sentido inverso, mas à luz da mesma premissa da convergência”, (7) a colectânea apresenta como objecto de estudo duas reescritas da cultura da Renascença: a primeira versa a “homagem ambivalente aos Portugueses” (7) e acompanha a fortuna internacional da *Utopia* de Thomas More; a segunda apresenta uma faceta praticamente desconhecida de Mary Shelley, enquadrando a sua lusofilia num panorama mais vasto de diversidade cultural. Além do mais, conforme se constata no sumário da obra e é destacado no prefácio, ao fazer a confluência de anglofilias e lusofilias, “o presente volume abre e termina sob o signo do (anti-)utopismo”. (7)

Como é evidente, cabe ao leitor optar por uma leitura sequencial e diacrónica ou seleccionar os ensaios que chamem mais de imediato a sua atenção, pretendendo apresentar-se aqui apenas uma panorâmica dos mesmos. Com efeito, os objectivos traçados para cada ensaio encontram-se bem delineados ou estão implícitos e são facilmente apreensíveis pelo leitor: no primeiro texto, “Um Nenhures Cosmopolita: A Emergência do Espectro Semântico de «Utopia» nas Primeiras Traduções da Obra Moreana”, pretende-se articular o cosmopolitismo e o apelo internacional da obra moreana com a noção de que “o termo *utopia* adquiriu uma diversidade de sentidos que não procedem necessária e directamente da obra de More em si mesma” (13); o segundo, “Alcipe Tradutora (Reescritas e Apropriações)”, procura responder a questões em torno do trabalho de Alcipe — D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre, marquesa de Alorna — no âmbito da tradução e da tradição, bem como no “trânsito de ideias estéticas, morais, religiosas e científicas” (23) na literatura portuguesa e europeia; o terceiro ensaio, “John Milton e a Liberdade de Imprensa no Liberalismo Português”, observa a influência do panfleto anti-censório de Milton nos periódicos de língua portuguesa publicados em Londres, no contexto dos expatriados anti-napoleónicos; (41-42) por seu turno, “Mary Shelley e a Literatura Portuguesa do Renascimento” procura dar a conhecer “os tentames críticos e biográficos”, identificados como “ensaios de historiografia literária” (55) da autora; o quinto ensaio, “Formas de Antologiar as Brontë” debate o modo

como as autoras “se autocanonizaram discretamente”, (73) ao passo que “*Ivanhoe* e o Drama Histórico do Romantismo Português (em torno de Alfredo Possolo Hogan — e com uma hipótese sobre o *Frei Luís de Sousa* de Garrett)” visa questionar “a dependência endémica da cultura lusa coeva face às influências da França” (85) e relevar “a aproximação a aspectos seleccionados da cultura britânica”; (86) o sétimo texto, “O Anglicismo pouco Assimilado de João Penha”, propõe distinguir na respectiva obra “o ocasional *anglicismo* de uma autêntica *anglofilia*”, (110) sendo que “*Avatares Novelísticos de Romeo and Juliet*” explora para o século XIX, as “*novelizações* do drama de Shakespeare” (131) sem esquecer apropriações levadas a cabo no século XX. Por fim, o ensaio “João Medina, a Utopia e a Negação da Utopia” problematiza a afirmação paradoxal de que “a utopia é um produto do momento mais forte da História de Portugal; e, no entanto, Portugal é, historicamente, um fraco produtor de utopias”. (161)

Se o leitor se centrar nos Estudos sobre a Utopia, verificará que decorre do primeiro ensaio a constatação de uma bipartição do corpo central da obra moreana — correspondendo a dois assuntos, a organização política e a ilha da Utopia — como sendo “sintomática de uma postura avessa a compromettimentos ideológicos definitivos, concorrendo para impedir que *Utopia* se torne uma obra de simples doutrinação, comprometida com uma dogmática”. (19) Por seu turno, o último ensaio elucida o leitor sobre o discurso utópico moderno (161) e refuta a “tese da inexistência de utopias literárias produzidas no seio da cultura lusa”, (165) inspirada pelo artigo de João Medina, «Não há Utopias Portuguesas», publicado em 1978-79, e patente no utopismo e anti-utopismo do seu ensaísmo sobre a identidade nacional portuguesa, até aos dias de hoje. Por conseguinte, pode concluir-se que Jorge Bastos da Silva leva a bom termo e à actualidade os trânsitos de anglofilia que motivaram a sua escrita.

Como seria expectável, resultam do volume esclarecimentos, interpretações e conclusões por parte do autor sobre as matérias que analisa, tornando evidente um progresso científico face às fontes bibliográficas consultadas, que domina, cita e comenta em inúmeras ocasiões ao longo do volume (veja-se, apenas a título de exemplo, 19,

25, 57, 65, 99, 139, 186). Cabe igualmente destacar a preocupação de actualizar eventuais lacunas no seu estudo (32 n14) e, sobretudo, a oportunidade não só de refutar hipóteses levantadas por outros investigadores, mas também de complementar a sua própria investigação prévia, no que, para efeitos da presente recensão crítica, se toma como espelhando um trabalho de pesquisa consistente, gradual e evolutivo. Na verdade, por um lado, é o que sucede quanto a um artigo intitulado “Portuguese Literature”, publicado em 1839 em *The Monthly Chronicle*, não assinado, mas considerado por alguns críticos como sendo eventualmente da autoria de Mary Shelley, e que Jorge Bastos da Silva conclui ser levado a acreditar, embora “sem prova inconfutável”, (68) lhe ser dificilmente atribuível. Por outro lado, é de louvar a inclusão de informação suplementar, como no caso do acréscimo de informação sobre *Frei Luís de Sousa* e da sistematização de dados sobre *Ivanhoe* e a sua dramatização portuguesa. (101, 104)

Contudo, e não obstante a argumentação sólida que sustenta as suas reflexões, são diversos os momentos em que o autor partilha com o público-leitor ainda estar em estádio inicial e por vezes incipiente de investigação sobre os tópicos a que se dedica. No caso do primeiro ensaio, dá conta de ter traçado um programa de pesquisa moroso que requer uma análise exaustiva suplementar de múltiplas edições dos textos (19 n3); no segundo ensaio partilha um exercício de reflexão, “necessariamente modesto” e baseado em “métodos indiciários”; (23) o exercício crítico sobre Alfredo Possolo Hogan, no sexto ensaio, é “apenas susceptível de ser esboçado aqui” (89) e reconhece ter ignorado o conteúdo da biblioteca pessoal de João Penha, “que presumimos perdida”. (110) Além disso, apresenta “uma lista provisória” (137) – ambicionando ser exaustivo mas sem o poder garantir (145) – da novelização de *Romeo and Juliet* em Portugal. Estas constatações apenas reforçam a seriedade metodológica do estudo aqui apresentado e a consciência da complexidade das temáticas nele abordadas. Importa acrescentar que as notas de rodapé são profusas mas não excessivas, as numerosas obras citadas encontram-se no final de cada ensaio, e o volume termina com um sempre útil índice remissivo. (189-196)

Em consonância com o rigor demonstrado no volume, esperar-se-ia uma referência à imagem seleccionada para a capa, sobretudo tendo em conta que se trata do único enquadramento visual ao texto. A ilustração reproduz, muito adequadamente, um comboio em movimento, percorrendo o caminho-de-ferro construído sobre um aqueduto e tendo como pano de fundo um cenário britânico, oitocentista, campestre, mas com indícios industriais. Dada a anglolusofilia que norteia o volume, é provável que a gravura tenha surgido numa publicação portuguesa, quiçá de natureza periódica. Por se tratar do primeiro contacto que tanto o eventual leitor como o público em geral têm com o livro, o suporte icónico constitui um elemento importante no âmbito paratextual, que fica assim aberto a diversas interpretações quanto à intencionalidade do autor e da editora.

Jorge Bastos da Silva é docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e director da revista *Op. Cit.: A Journal of Anglo-American Studies*. É igualmente autor e/ou organizador de obra vasta e reconhecida nas suas principais áreas de investigação, a saber, a Literatura e a Cultura Inglesas, a História Intelectual, os Estudos sobre a Utopia e os Estudos de Tradução e Recepção. Espera-se, por conseguinte, a prossecução do programa de pesquisa a que se compromete e do qual seguramente resultará um número considerável de publicações que suscitarão o interesse não só académico mas do público em geral.